

O PROCESSO DE PRÉ-INCUBAÇÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: O Caso de um Grupo de Mulheres Inseridas na Indústria da Construção Civil

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2024.60.14120>

Submetido em: 7/3/2023

Aceito em: 22/5/2024

Publicado: 8/7/2024

Alana da Fonseca Jorge¹; Maria de Lourdes Borges²; Ingridi Vargas Bortolaso³

RESUMO

O propósito deste artigo é analisar o desenvolvimento e a trajetória de um grupo de mulheres no processo de pré-incubação na economia solidária, ao longo de nove meses, com o apoio da Incubadora de Empreendimentos Solidários do Tecno-social na Unilasalle. O percurso metodológico envolveu uma pesquisa de abordagem qualitativa, o procedimento técnico foi o estudo de caso, com a técnica de observação participante (25 horas de observação) e a realização de cinco entrevistas semiestruturadas. Adicionalmente, foi utilizada a análise documental. A técnica de análise dos dados escolhida foi a análise narrativa. Os resultados analíticos mostraram irregularidade nos padrões de motivação/interesse e desmotivação/desinteresse do grupo ao longo do tempo. As análises apontaram que isso foi principalmente causado por um conflito, inicialmente velado, que se explicitou no décimo quinto encontro, quando, diante do afloramento de suas memórias, puderam dialogar e se organizar. Este processo, marcado por ambivalências e resiliência, culminou na solicitação da formalização do empreendimento como uma cooperativa pautada pelos princípios da economia solidária.

Palavras-chave: Processos de Incubação; Memória grupal; Grupo de Mulheres.

THE (PRE) INCUBATION PROCESS IN THE SOLIDARITY ECONOMY: THE CASE OF A GROUP OF WOMEN INSERTED IN THE CONSTRUCTION INDUSTRY

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyse the development and trajectory of a group of women in the pre-incubation process within the solidarity economy over nine months, supported by the Solidarity Ventures Incubator of Tecno-social at Unilasalle. The methodological journey involved qualitative research with the technique of participant observation (25 hours of observation) and conducting five semi-structured interviews and document analysis, all examined through narrative analysis. The analytical results showed irregular patterns of motivation/interest and demotivation/disinterest in the group over time. The analyses indicated that this mainly caused by a conflict, and initially was disclosed in the fifteenth meeting, when, facing the emergence of their memories, they could dialogue and organize themselves. This process, characterized by ambivalences and resilience, culminated in the request for the formalization of the venture as a cooperative guided by the principles of the solidarity economy.

Keywords: Incubation Process; Group Memory; Group of Women.

¹ Universidade La Salle. Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais. Canoas/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-1791-5552>

² Universidade La Salle. Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais. Canoas/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-1277-5773>

³ Universidade La Salle. Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais. Canoas/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-4881-1091>

INTRODUÇÃO

A trajetória da economia solidária no Brasil começou a se desenvolver de forma mais formal na última década do século XX, quando empresas começam a adotar políticas de escala mundial e a realizar fusões com grandes marcas, reestruturando e redimensionando os processos de trabalho em diversos setores. Um dos resultados foi a demissão de muitos trabalhadores em diversos segmentos industriais, abrindo espaço para que começassem a trabalhar em modelos próximos aos de cooperativas (Singer, 2002; França Filho; Laville, 2004).

O desenvolvimento da economia solidária no Brasil avançou com a criação de políticas públicas, envolvendo diferentes instâncias governamentais e promovendo a ideia de um desenvolvimento mais igualitário e equitativo. Ao identificar tais alternativas para a evolução do sistema econômico e diferenciar a lógica da economia solidária, Gaiger (2006) evidencia práticas que se pautam pela igualdade, justiça e cooperação dos participantes, assinalando diferenças entre a economia solidária e a economia capitalista.

A partir de um cenário de desemprego e falta de trabalho na década de 1990, grupos de trabalhadores buscaram alternativas para geração de renda e mão de obra, encontrando na economia solidária uma oportunidade para a concretização de tais intentos, na qual não só a mão de obra qualificada era necessária, mas também a busca pela organização dos indivíduos. E mais, a autogestão parte da premissa de que todos devem buscar gerir o próprio negócio, tendo em vista que todos os envolvidos no processo são donos e têm a oportunidade de crescimento igualitário no negócio (Singer, 2002).

Percebendo a necessidade não só de melhorias, mas também de organização, estes grupos iniciaram seus trabalhos como associações, ligadas, em sua maioria, a entidades religiosas que tinham como objetivo desenvolver a sustentabilidade e a mão de obra dos menos favorecidos economicamente, para a geração de renda. Porém, no final da década de 1990, o governo passa a perceber a necessidade de desenvolver a economia solidária mediante cooperativas, onde todos os indivíduos pudessem desenvolver seu trabalho, focando em ações integradas. A partir daí, é criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENTES) (2003–2016), que tinha como objetivo principal organizar esses grupos, dando um alicerce mais sólido para tais projetos.

Na busca por aprimorar e sedimentar tais associações, o SENAES buscava desenvolver a economia solidária mediante diversas ações que possibilitassem aos futuros cooperados gerenciar seu empreendimento. Para que isso fosse possível, passou a desenvolver projetos que incentivam o início com a incubação dos empreendimentos, focando no desenvolvimento local. Além disso, propiciava a formação e a qualificação dos envolvidos neste processo, para que esses pudessem desenvolver aprendizados técnicos e para que também se capacitassem a fim de trabalharem com a autogestão.

Os autores França Filho e Laville (2004) têm como perspectiva acreditar que a economia solidária busca ser um sistema que vincula recursos da economia capitalista e das relações não monetárias e que elas se articulam em busca de aprimoramento e de crescimento. Partindo de uma premissa de que a economia solidária convive com a economia tradicional, em uma pluralidade de princípios econômicos (Laville; Gaiger, 2009), aproveitam-se não só as estruturas lançadas pelos governos na busca de crescimento da economia solidária, mas também se prima por projetos de incubadoras tecnológicas que veem a perspectiva de evolução de grupos sociais

e sua inserção e crescimento. Buscando ilustrar esse cenário, pode-se utilizar como exemplo a Incubadora de Empreendimentos Solidários que faz parte do Tecno-social, vinculada à Universidade La Salle (Unilasalle de Canoas/RS, 2022). Ela tem por objetivo cooperar na consolidação de projetos inseridos na economia solidária, atuando em parceria com prefeituras não só do município de Canoas–RS, mas também da região metropolitana e buscando auxiliar em projetos de empreendedorismo voltados para a economia solidária. Cabe ressaltar ainda que, além do apoio de órgãos governamentais, os projetos desenvolvidos pelo Tecno-social tiveram também como parceiros instituições como FINEP, SENAES e CNPq.

Percebe-se que os processos de incubação na economia solidária buscam contemplar não só a capacidade de geração de renda para os membros, mas também a necessidade de desenvolvimento de aspectos no que tange ao convívio, ao respeito e à organização coletiva. Nesse sentido, um apoio externo no processo de incubação torna-se bem-vindo, auxiliando os grupos para o sucesso dos empreendimentos que visam propiciar emprego, sustento e dignidade aos envolvidos nos processos de incubação e economia solidária. Diante do exposto, este estudo teve como objetivo descrever e analisar o processo de pré-incubação na economia solidária de um grupo de mulheres inseridas na construção civil que tiveram apoio da Incubadora Tecnossocial da Unilasalle no período de nove meses. Este estudo avança o conhecimento a respeito das dificuldades de um grupo de mulheres em trabalhos técnicos preponderantemente masculinos, como a construção civil. Além disso, visa suprir uma carência na literatura sobre economia solidária pela análise prática da fase de pré-incubação.

Além desta introdução, que demonstra que a economia solidária reconfigura as relações de trabalho em direção à equidade e à cooperação, o artigo possui outras quatro seções. A próxima ocupa-se do referencial teórico que suporta estudo. A segunda seção apresenta o percurso metodológico percorrido para o desenvolvimento do artigo. A terceira seção apresenta a análise e discussão dos dados à luz da literatura. Por fim, a última seção, intitulada considerações finais, reflete sobre os aprendizados obtidos por meio do estudo de caso e discute as implicações desses aprendizados para futuras políticas e práticas na economia solidária. Esta seção reforça a importância da resiliência e da autogestão, ao mesmo tempo que identifica limitações e áreas para futuras pesquisas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial está dividido em três tópicos. O primeiro tópico apresenta os fundamentos teóricos e práticos da economia solidária. O segundo tópico analisa o papel da incubação e destaca como essas fases contribuem para o sucesso dos empreendimentos solidários. O terceiro tópico descreve o TECNO-SOCIAL da UNILASALLE e o processo de incubação da Uniforças.

1.1 Economia solidária: princípios e contradições

A Economia Solidária pode ser um condutor do progresso sustentável. Para Singer (2002), a economia solidária visa contemplar um conjunto de atividades econômicas de produção, geração de renda, consumo, proporcionando aos envolvidos uma estrutura de organização a partir da autogestão. Observa-se que Singer (2002) já demonstrava que os conceitos de economia solidária e de autogestão se encontravam associados.

Gandolfi *et al.* (2009) também acreditam que a economia solidária difere das demais formas de desenvolvimento econômico por meio de um mecanismo onde os envolvidos nesse processo buscam sanar suas necessidades por meio de uma gestão democrática e pela autogestão. Portanto, a economia solidária surge da necessidade de pessoas que precisam desenvolver uma maneira de gerir sua produção, seja ela de consumo, reciclagem ou de qualquer outro meio no qual os seus princípios possam ser aplicados. Segundo Kanan (2011), um dos motivos pelo qual a sociedade busca novas formas de se desenvolver economicamente é a evolução do consumo. Isso fez com que grupos de trabalhadores buscassem soluções para a geração de renda por meio de associações, em busca do aumento da renda, para que assim consumissem mais.

Para Barreto e Paula (2009), diferenciando o processo de constituição de cooperativas para as empresas tradicionais é justamente a busca por ideais, valores de solidariedade e honestidade, favorecendo a evolução da economia solidária nesse meio, ao ser por meio dela que o processo de cooperativismo desenvolve seus objetivos mais amplamente (Barreto; Paula, 2009, p. 201).

Para Leite (2009), a evolução da Economia Solidária pode estar apontando para uma evolução da sociedade. Tal evolução estaria baseada no sistema de gestão coletiva como sendo determinante para representar projetos que buscam a igualdade e a democracia a fim de abordar a produção autogestionária (Leite, 2009, p. 3). Observa-se aqui mais uma vez um entendimento teórico da economia solidária bastante embasado nos processos autogestionários. Uma questão que está coerente com a preocupação de Azambuja (2009) é o quanto esses processos são realmente aplicados e aplicáveis na prática das cooperativas?

A Economia Solidária tem o propósito de atingir diversos grupos sociais e modelos de instituições que visam a autogestão, a fim de gerar seu próprio meio de sustentabilidade e geração de renda. Observa-se que os grupos a que o autor se refere buscam estar inseridos na modalidade de trabalho cooperativo, os quais descendem das lutas sindicais e dos movimentos operários (Gaiger, 2012).

De acordo com Andion (2005), as organizações estabelecidas na economia solidária têm o propósito de atuarem em diversos nichos, tais como: na agricultura, na educação, no terceiro setor e na saúde. Enfim, a Economia Solidária pode ser inserida em vários modos laborais, como reciclagem de produtos pós-consumo, construção civil, limpeza, transporte, jardinagem, manutenção, entre outros.

O autor Gaiger (2012) defende que a Economia Solidária na América Latina busca a geração de trabalho e sustento, visando melhores condições de vida e reconhecimento na sociedade. Gaiger (2012) entende que a Economia Solidária tem seu embasamento em associações que visam não só desenvolver vínculos sociais, mas também promover parcerias entre os grupos, a fim de firmar uma união sólida.

Complementarmente Lechat e Barcelos (2008) afirmam que, ao contrário do que ocorre nas indústrias tradicionais, a Economia Solidária visa construir uma comunidade preocupada com o crescimento dos seres humanos inseridos naquele ambiente, percebidos como indivíduos que podem desenvolver suas capacidades e seus atributos, enriquecendo também sua autoestima. Os autores ainda sustentam que essas e outras razões podem fomentar a transformação dos envolvidos na busca do desenvolvimento não só profissional, mas também pessoal.

Os autores ainda discorrem que a economia solidária possibilita aos envolvidos a aprendizagem voltada para a autogestão para além do processo relacionado ao seu trabalho, mas repercutindo em suas vidas.

Para Scholz (2009), a economia solidária é uma oportunidade aos menos favorecidos, ao promover a sua inclusão ao mercado de trabalho formal, de maneira distinta da capitalista, fazendo com que os indivíduos sejam e sintam-se integrados em uma sociedade que não os considera como classe marginalizada, mas sim, como indivíduos que buscam desenvolver seu trabalho de forma organizada e coletiva sem ter um “patrão”. Conforme Holzmann (2001), a experiência de operários que tentavam trabalhar sem patrão não é um processo simples, mas recheado de complexidade e conflito.

De acordo com Culti (2009), as transformações promovidas pela economia solidária acabam influenciando a geração de trabalho e renda para os mais necessitados, tendo em vista as dificuldades encontradas por este nicho da sociedade. Isso porque o trabalho em organizações capitalistas, muitas vezes, apresenta barreiras de acesso para as classes menos favorecidas, tendo em vista a baixa escolaridade e os outros problemas que, influenciados por aspectos culturais e contextuais, dificultam um crescimento profissional. Além disso, as práticas e os praticantes da economia solidária buscam não se submeter ao caráter subalterno e degradante característico de muitas empresas tradicionais (Gaiger, 2012).

1.2 O processo de incubação e sua importância na economia solidária

Para Gandolfi *et al.* (2009), o processo de Incubação possui três fases distintas, a saber: pré-incubação, incubação e pós-incubação, as quais envolvem diversos aspectos administrativos e interacionais no desenvolvimento deste processo. O processo é desenhado para o grupo conseguir desenvolver e aplicar a autogestão do negócio, buscando empoderar os cooperados a fim de que esses sigam com a cooperativa, aplicando a autogestão mesmo após o processo de pós-incubação.

A fase de pré-incubação, segundo Gandolfi *et al.* (2009), ocupa-se dos processos de identidade, viabilidade econômica e plano de negócios. Ainda, os autores destacam que a fase de incubação será inválida se, durante a pré-incubação e a análise do plano de negócios, a viabilidade não for comprovada.

A partir disso, se os indivíduos inseridos no processo contribuírem, se envolverem e estiverem conforme as questões elementares que envolvem a pré-incubação, inicia-se o processo de incubação. A fase de incubação ocupa-se de aprofundar as questões jurídicas, os processos de economia solidária, como a cooperação, a administração do negócio e as práticas voltadas para isso, bem como a prestação de uma consultoria pela incubadora ao grupo. Quando constatado que os envolvidos possuem pleno conhecimento e apropriação do seu negócio e maturidade na autogestão, inicia-se o processo de pós-incubação. Nessa fase, há a possibilidade de que os cooperados continuem tendo uma assessoria da incubadora, por um tempo determinado.

Conforme os Gandolfi *et al.* (2009), a metodologia de incubação pode ser desenvolvida a partir de diferentes processos. Para esses autores, além das atividades de cunho avaliativo e de diagnóstico, é o momento de começar a fazer o plano de negócios. Algo que os autores salientam ainda é que as incubadoras precisam ter cuidado com a preservação de um ambiente

interacional de relações igualitárias, democráticas e participativas. No entendimento desses autores, são incluídos os seguintes elementos no processo de pré-incubação: interface política para parcerias; qualificação filosófica e instrumental para a economia solidária; suporte legal e jurídico; diagnóstico; estudo da viabilidade; plano do negócio; formação da identidade e princípios da gestão do negócio.

Para o Tecno-social da Unilasalle-Canoas, segundo Moura, Zucchetti e Menezes (2014, p. 13), o processo de incubação é constituído de “uma ação sistemática de monitoramento aos empreendimentos incubados por meio de atividades de campo desenvolvidas por uma equipe multidisciplinar, seguindo um plano de trabalho com metas estabelecidas no diálogo direto com os sujeitos”. Moura, Zucchetti e Menezes (2014) explicam serem três fases principais seguidas pelo Tecnosocial/Unilasalle-Canoas: (pré) incubação, incubação e desincubação, esta última diferenciando a nomenclatura proposta por Galdolfi *et al.* (2009). O processo de pré-incubação não é descrito de maneira tão gerencialista quanto Gandolfi *et al.* (2009) e nem tão investigativa quanto Arakiki *et al.* (2012). Para Moura, Zucchetti e Menezes (2014), na pré-incubação, além do estudo da viabilidade econômica do empreendimento, o plano de trabalho e as metas são construídos de maneira conjunta e dialógica com os envolvidos (equipe da incubadora e empreendimentos). A incubação em si consiste em uma fase caracterizada pela presença mais intensiva da incubadora nos empreendimentos, cuidando para não gerar dependência. Na fase de desincubação, ainda podem ocorrer acompanhamento e apoio pontuais aos empreendimentos, porém mais esparsos.

De acordo com Gandolfi *et al.* (2009) e Culti (2009), cada etapa do processo de incubação (pré-incubação, incubação propriamente dita e pós-incubação) deve ser interligada a fim de ter mais chances de sucesso.

A (pré) incubação nasce a partir a união de grupos populares que objetivam pôr em prática os conhecimentos técnicos que possuem, a fim de gerar renda e trabalho, não esperando o enriquecimento, mas sim, o seu sustento. Nesse processo, encontram-se Incubadoras Sociais ligadas a Faculdades, Centro Universitários e Universidades, que buscam desenvolver trabalhos na economia solidária, objetivando o êxito desses grupos (Oliveira; Scholz, 2022). Para este artigo, prefere-se a denominação pré-incubação, e não como incubação, pois se entende que esta é uma fase importante de todo o processo da incubação, fase esta que se torna vital para o êxito de todo o processo.

A incubação de um grupo perpassa pelo diálogo, autogestão, intervenções grupais, desenvolvimento de um plano de negócios e atividades que permitam o conhecimento de novas técnicas, ações concomitantes com o aperfeiçoamento técnico e interacional do grupo. Saliencia-se que as intervenções grupais objetivam a compreensão da complexidade dos cenários político, ambiental, comercial por meio de atividades que proporcionam a evolução, o aperfeiçoamento do conhecimento e do diálogo entre os participantes, fundamentando-se na autogestão, entendida como uma das chaves do sucesso do empreendimento.

Nesse cenário, o processo é finalizado com a pós-incubação, fase em que o grupo realiza assembleias, busca por projetos e trabalhos na área de atuação da cooperativa e promove qualificação para seus membros. Ressalta-se que a incubadora participa desta fase até que a cooperativa e seus cooperados considerem-se aptos a gerir o negócio de maneira independente. Porém, as incubadoras permanecem ligadas às cooperativas, pois o processo de incubação

transforma a cooperativa e os técnicos externos. Portanto, percebe-se que a economia solidária tem o potencial de fomentar a autonomia sustentável de grupos, sua evolução e autonomia para a busca por novos projetos, em uma constante revitalização da autogestão, mesmo que, por vezes, de maneira conflitante.

1.3 O TECNOSOCIAL/UNILASALLE E O PROCESSO DE INCUBAÇÃO DA UNIFORÇAS

UNIFORÇAS foi o nome escolhido pelo grupo de mulheres em busca de trabalho que se conheceram enquanto realizavam cursos oferecidos pela Prefeitura Municipal de Canoas-RS no ano de 2011, os chamados Grupos de Frentes de Trabalho, projeto esse cujo objetivo era formar pessoas em diversas áreas, tais como construção civil, artesanato, culinária e segurança.

O grupo em estudo, inicialmente, era composto por 17 pessoas, que realizaram os cursos oferecidos pelo programa na área da construção civil. Naquele primeiro momento, em 2011, os envolvidos pretendiam fundar uma associação, onde pudessem prestar serviços não só para a comunidade onde estavam inseridos, mas também ao município e às empresas. Tendo como apoio a Secretaria de Assistência Social do município de Canoas, o grupo de mulheres passa a ocupar-se da formulação da documentação para constituir uma associação, porém vários motivos barraram a idealização deste sonho.

Chama a atenção que, no seu percurso, durante o ano de 2013, elas tentaram registrar a associação por sete vezes, sendo sempre negado o pedido. O motivo alegado era sempre a falta de algum documento. Neste meio tempo, algumas integrantes do grupo foram orientadas por um coordenador do projeto da Prefeitura (Senhor A.) a fazer o Microempreendedor Individual (MEI); pois, assim, poderiam prestar serviços e emitir nota fiscal, não pagando impostos, pois a arrecadação anual seria baixa.

Em agosto de 2013, o Tecno-social/Unilasalle foi procurado pelo integrante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), buscando parceria para a realização do processo de incubação de um grupo de mulheres denominado UNIFORÇAS. Imediatamente, o Tecno-social aceitou ajudar a desenvolver o processo de incubação do grupo, porém, após realizar algumas reuniões com as integrantes do grupo, não insistiu no projeto, ao perceberem que, naquele primeiro momento, o grupo passava por alguns problemas, como brigas internas entre as integrantes. O motivo seria que “todos queriam mandar”.

Em março de 2014, o Tecno-social tomou a iniciativa de buscar novamente contato com o grupo, tendo como objetivo ver a viabilidade para o processo de incubação. A partir daí, iniciou-se uma nova etapa para as envolvidas. Como a iniciativa de 2013 para tornar-se associação não teve sucesso, o grupo dissolveu-se e, para iniciar uma nova jornada nos processos de incubação, tiveram que reconstruir a confiança não só entre as integrantes, mas também com a instituição Unilasalle.

Sendo assim, em 26 de março de 2014, o grupo de mulheres iniciou uma nova jornada; pois, nesta data, foram apresentadas as propostas da Incubadora de Empreendimentos Solidários do Tecno-social/Unilasalle, e elas aceitaram participar do processo de incubação da UNIFORÇAS, quando se propunham a se organizar formalmente enquanto cooperativa para a prestação de serviços em limpeza predial, jardinagem, pintura e colocação de cerâmica.

As integrantes iniciais da UNIFORÇAS eram quatro mulheres que se encontravam por volta dos 50 anos e que trabalhavam em empregos, em sua maioria, não formais, tais como

babá e cuidadora de idosos. Duas delas não se declaram como responsáveis financeiras da família, sendo que uma era dona de casa e outra caixa operadora. Salienta-se que essas mulheres precisaram participar das Frentes Emergenciais da Prefeitura em 2011, cujo pré-requisito era estar desempregada, estar em situação de vulnerabilidade social e morar em uma área distrital. O objetivo do programa foi o de proporcionar “o resgate dos vínculos social e produtivo de trabalhadores, por meio da geração de trabalho em caráter emergencial e de qualificação profissional” (Prefeitura Municipal de Canoas, 2014). Salienta-se que o contexto socioeconômico dessas mulheres, sua idade, gênero, condição de estado civil e escolarização, revelavam categorias consideradas de desprestígio social e de desigualdades.

A trajetória do grupo no processo de incubação descrita e analisada neste artigo, centra-se especificamente na fase de pré-incubação que ocorreu de março a novembro de 2014.

Após a apresentação da seção de referencial teórico, a seguir é apresentada a seção que elucida o percurso metodológico percorrido para o desenvolvimento do artigo.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Para o delineamento da pesquisa, optou-se por realizar o acompanhamento e a análise da trajetória do processo de incubação do grupo de mulheres como campo empírico por meio de uma pesquisa qualitativa. O caráter qualitativo é indicado, pois não se buscam regularidades, mas sim a compreensão dos sujeitos na maneira como eles agiram naquele lugar e naquele contexto estudado (Godoi; Balsini, 2006; Gil, 2009). Portanto, o estudo envolve os processos sociais envolvidos na trajetória de pré-incubação da UNIFORÇAS.

Ademais, a pesquisa é constituída de um estudo de caso. Para Yin (2001), uma das mais importantes fontes de informação para o estudo de caso é a entrevista. Na entrevista semiestruturada (ou também denominada de entrevista focal), ocorre uma conversa que, apesar de informal, segue um roteiro norteador. O caso estudado é o processo do grupo UNIFORÇAS, sendo que a Unidade de Análise é o seu processo de pré-incubação. Para este estudo, as entrevistas foram conduzidas informalmente, buscando-se um tom amigável, porém realizando perguntas necessárias que conduzissem a uma análise geral do processo não só da UNIFORÇAS.

O estudo de caso privilegiou o uso de observações, fonte de dados também indicada por Yin (2001), sendo que a observação participante foi escolhida. Gil (2009) caracteriza a observação participante enfatizando a interligação do pesquisador com o objeto ou grupo pesquisado, pois o/a pesquisador/a acompanha o grupo em suas ações. Salienta-se que, para este estudo, parte-se do pressuposto de que o acompanhamento da pesquisadora (primeira autora) em todas as reuniões da UNIFORÇAS não ocorreu em um ambiente de neutralidade, pois a simples presença de uma observadora ocasiona implicações nas ações dos participantes.

A coleta de dados foi evidenciada por meio de um caderno de campo, relatórios e entrevistas. A coleta por meio da observação participante foi registrada no caderno de campo e iniciou desde a primeira reunião com a UNIFORÇAS e Tecno-social, em março de 2014, buscando contemplar o objetivo desse estudo. Assim, uma das pesquisadoras embrenhou-se em meio às reuniões, como observadora participante e, com o passar dos meses, já tendo desenvolvido a confiança do grupo, pode compreender melhor a dinâmica observada. O acompanhamento às reuniões deu-se até o mês de novembro de 2014, quando as integrantes conseguiram compor formalmente uma cooperativa.

As entrevistas foram realizadas em fevereiro e março de 2015 com os membros do Tecno-social e as integrantes da UNIFORÇAS, com posterior transcrição e triangulação dos dados com o caderno de campo e documentos. Foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada, a fim de deixar os entrevistados falarem sobre os aspectos envolvidos e expressarem-se com certa liberdade (Gil, 2009). No Quadro 1, apresenta-se a descrição dos entrevistados.

Quadro 1 - Descrição dos entrevistados.

Função	Abreviação	Quantidade	Tempo de entrevista
Coordenador da Incubadora Tecno-social Técnica responsável pelo projeto de incubação da UNIFORÇAS	RS TB	2	Quarenta minutos. Trinta minutos.
Integrantes eleitos para compor a diretoria da futura cooperativa UNIFORÇAS	A. S. SU.	3	Vinte minutos. Quinze minutos. Sete minutos.
Total de entrevistas		5	Cento e doze minutos.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022.

Salienta-se que foram tomados vários cuidados éticos para esta pesquisa, tais como uma explicação pormenorizada do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, após a concordância de cada integrante, a respectiva assinatura de cada participante. Os dados foram analisados utilizando-se da análise narrativa; segundo Pletsch, Silva e Vogt (2021), os dados narrativos podem ser explorados considerando o contexto de toda a narração. A narrativa analisada neste artigo resulta da triangulação de dados para além de uma técnica de validação, mas uma conversação entre diferentes fontes de dados (Teixeira; Nascimento; Carrieri, 2012) como cadernos de campo, transcrições das entrevistas e documentos, como Plano de Negócios, Estatuto e Ata de Formalização da Cooperativa, cotejados com aspectos teóricos. Vale destacar que as autoras do presente artigo optaram por inserir as falas das entrevistas sem nenhum tratamento, correção ou ajuste para revelar a riqueza dos dados coletados diretamente no campo.

Após a apresentação do percurso metodológico percorrido para o desenvolvimento do artigo, a seguir é apresentada a análise e discussão dos dados.

3. ANALISANDO O PROCESSO DE PRÉ-INCUBAÇÃO DA UNIFORÇAS

Observa-se que a dinâmica social encontrada na fase de pré-incubação da UNIFORÇAS mostra-se analiticamente interessante sob diversos aspectos. Concorda-se com Moura, Zucchetti e Menezes (2014) a respeito de que o processo de incubação de cada empreendimento possui características próprias, ao serem os próprios trabalhadores que constroem e reconstróem a situação em que se encontram. No processo de pré-incubação da UNIFORÇAS, observa-se certa irregularidade nos padrões de motivação/interesse e desmotivação/desinteresse do grupo. Para a presente análise, pontua-se que o grupo possui uma história pregressa de frustrações em termos de relacionamentos internos, bem como no que se refere aos intentos de formalizar uma associação, tal como aparece na fala da técnica da Incubadora TB.

A UNIFORÇAS é um grupo de mulheres que fizeram cursos subsidiados pela prefeitura e que, após o encerramento destes cursos, as envolvidas resolveram fundar uma Associação, mas que até o momento não haviam conseguido legalizar, porque papéis necessários já

havam ido sete vezes para reconhecimento de “firma” e sempre retornavam por faltar algum item, nesta sétima vez, os papéis retornaram porque estava faltando assinatura de uma das associadas, mas acreditavam que desta vez daria certo... (TB).

Outro aspecto interessante é que o grupo deriva das Frentes Emergenciais de Trabalho, nunca se desvinculando por completo da SMDS. Esse aspecto precisa ser considerado, o qual possui certa complexidade, coerente com o que entendem Gandolfi *et al.* (2009). Para ele, está presente na fase de pré-incubação a interface política voltada para parcerias. No caso da UNIFORÇAS, percebe-se que não ocorreu somente uma interface derivada das políticas públicas, mas um grupo originado a partir de tais programas. Questiona-se: algumas características do grupo não poderiam estar relacionadas a esta origem? Ainda quando envolvido com a SMDS, o grupo tentou por sete vezes a formalização (durante dois anos) de uma associação, tentativas frustradas por falta de documentação, tal como aparece na fala da entrevistada S: “O nosso grupo tinha se reunido para ser uma associação, só que teve tanto problema de documento que a gente desistiu, aí a TB. procurou a M. [da SMDS] que nos procurou e aí que a gente foi entender o que era a incubação do grupo”.

A respeito desse aspecto, é interessante analisar que há um histórico de frustrações e desafios que o grupo tem enfrentado. Nesse sentido, surpreende o fato de não terem desistido bem antes da sétima proposição. Tais aspectos podem estar evidenciando elementos de resiliência do grupo. Para Yunes (2003), o conceito de resiliência refere-se aos processos que podem explicar a capacidade de superação de crises e adversidades em sujeitos. Diante disso, pode-se pensar que buscar a formalização por sete tentativas frustradas (antes do processo de pré-incubação) esteja demonstrando certa capacidade de resiliência do grupo, ainda que contingente. Constata-se também que o entendimento do que se constituiu como sendo o processo de incubação, resultado das explicações nas reuniões com a técnica da incubadora, foi vital para o grupo aceitar novamente participar do processo para a sua formalização, considerando as frustrações anteriores.

Os técnicos perceberam certa dificuldade com o grupo em estudo para se engajar no processo de incubação como cooperativa. Tais aspectos podem ser vistos nas descrições das entrevistas realizadas pela Técnica TB que diz que “o processo de incubação não segue um roteiro completo, ao existirem grupos que procuram as incubadoras com esse objetivo, porém a grande maioria dos processos de incubação parte da incubadora”. Observa-se na fala da Coordenação da Incubadora que “o processo de incubação é faseado, a pré-incubação é a primeira fase e planeja analisar se o empreendimento poderá ter continuidade no processo ou não”.

Conforme a fala da técnica TB, questiona-se o quanto um grupo que se propõe espontaneamente a participar de um processo como o de incubação se diferencia de outro grupo que participa por iniciativa externa. Questiona-se, também, se haveria diferença nos resultados de tais iniciativas, considerando o voluntarismo inicial de cada um.

Para Jessé de Souza (2009, p. 45), as pessoas que não cresceram em ambientes característicos da classe média, podem não ter recebido e introjetado “os valores da autodisciplina, do autocontrole, do pensamento prospectivo, do respeito ao espaço alheio etc.” e podem apresentar dificuldades em se vincular a projetos de longo prazo. Observa-se que no trabalho de incubação realizado, pelo menos alguns desses valores (como a determinação e autodisciplina)

na) são necessários para uma continuidade da iniciativa, para a cooperativa vingar. É preciso que os técnicos tenham ciência desse estado de coisas e que procurem trabalhar com tais aspectos junto ao grupo, o que não foi evidenciado nos dados.

Entende-se que o processo de incubação é essencial para avaliar a possibilidade de sucesso do empreendimento, como dito pelo Coordenador da Incubadora (RS). Buscando realizar uma análise deste processo, pode-se ir ao encontro de Gandolfi *et al.* (2009), que o processo de incubação tem suas fases e que a (pré) incubação envolve a capacitação em economia solidária, gestão do negócio, identidade do grupo, análise da viabilidade entre outros.

No caso da UNIFORÇAS, há evidências de que o processo de pré-incubação foi realizado com sucesso; uma vez que o grupo é oriundo de programas sociais e, depois, se engajou nos elementos do processo. Porém, perceberam-se dificuldades na compreensão do processo, o que não impediu o grupo de avançar, apesar das dificuldades.

Quando analisados alguns movimentos do grupo durante o processo de pré-incubação, fica claro o padrão de alternância entre motivação/interesse e desmotivação/desinteresse. Conforme Veronese (2011), enquanto atores sociais, as pessoas encontram-se em permanente (re)constituição, e as ambiguidades e ambivalências estão presentes, uma vez que são constitutivas dos seres humanos. Vários foram os aspectos evidenciados com relação a essa oscilação. No início do processo de pré-incubação (março de 2014), o grupo mostrou-se engajado e aberto ao diálogo, interessado em conhecer o que seria o processo de incubação de um empreendimento solidário, conhecer as diferenças entre associação, MEI, sindicato e cooperativa.

Inicialmente, as reuniões ocorriam quinzenalmente nas dependências do Tecno-social, porém o grupo havia demonstrado insatisfação, pois era longe de suas residências. No terceiro encontro (16/04), sugeriu-se que os encontros ocorressem então no Centro de Capacitação e Produção em Economia Solidária (CCPES) do Bairro Guajuviras, de Canoas-RS, momento em que a integrante A. se prontificou a conversar com outras colegas para agregar força ao grupo. Porém, na reunião seguinte, no local combinado, ninguém do grupo compareceu. O não comparecimento de nenhuma das integrantes na quarta reunião (30/04) poderia estar significando ainda algo não compreendido pela equipe da Incubadora. Nova reunião foi agendada para 17/05 e compareceu somente à integrante A, que então verbalizou sua vontade de sair do grupo. Como a Técnica TB observou que A. havia sido referência de liderança para o grupo, sugeriu que as próximas reuniões fossem realizadas na casa dela. Na outra reunião, ocorrida na casa de A., o grupo se mostrava reticente. A integrante S. colocou que via a necessidade de “algo mais concreto” no processo, pois “só conversas não estavam resolvendo”.

A equipe da Incubadora ouviu o grupo sobre sua história, percebeu certo apego à ideia de se tornarem uma associação, dialogou com o grupo. Nesse aspecto, observa-se uma atitude da equipe do Tecno-social para a valorização do conhecimento e da trajetória da UNIFORÇAS, por meio da possibilidade de ouvir, dar atenção e do respeito às participantes do grupo (Borges; Scholz; Rosa, 2014). A partir do que o grupo colocou, a equipe do Tecno-social trouxe na reunião seguinte (28/06) a apresentação da prévia do plano de negócios, do material de divulgação, identidade visual e dos ofícios solicitados. Souza (2014) coloca a importância de se lançar mão de técnicas do *design* nos empreendimentos de economia solidária como uma possibilidade de aprendizados conjuntos. Salienta-se que um estagiário da Incubadora (do curso de Design de Produto) auxiliou na organização do material de divulgação. Percebeu-se que a equipe da

Incubadora estava interessada e envolvida com o processo da UNIFORÇAS. Observa-se que, quando a equipe trouxe o material de divulgação e os outros materiais, houve um momento de grande motivação, surgindo várias ideias e aumentando o interesse das participantes pelo grupo.

A nona reunião (26/07) constituiu-se num momento rico de interações e altas expectativas sobre a divulgação do futuro empreendimento, com a presença de seis integrantes do UNIFORÇAS. Pôde-se perceber que aumentou, neste momento, a confiança do grupo no processo de incubação, pois as integrantes percebiam evidências de uma possibilidade real de formalizarem o empreendimento, aumentando o sentimento de pertença ao grupo (Borges; Scholz; Rosa, 2014; Dejourns, 1995).

Ficou claro que o material trouxe novas expectativas para o grupo, concretizando algo que estava faltando no processo. Pode-se analisar, neste momento, que a fala da integrante S. tenha exposto, em 17/05, algo que talvez estivesse subliminar no grupo, que “ninguém mais acredita [no empreendimento]” antes da entrega dos materiais pela Incubadora. Saíram motivadas desta nona reunião, assim a equipe da Incubadora entendeu que o grupo ia engrenar. Esse aspecto aparece na fala da técnica TB quando mencionado: “Elas têm os problemas delas, mas, ao mesmo tempo, hoje, eu as senti empenhada, com vontade de continuar. A gente vê que a S. tem esse lado motivador, falante, isso faz com que elas acreditem também, né?”

Dando continuidade, a equipe da Incubadora levou na décima reunião (16/08) uma prévia do estatuto para discutir com o grupo. Percebeu-se que o grupo pareceu ir perdendo o interesse à medida que os itens do estatuto iam sendo discutidos, apesar da equipe mostrar a importância dessas discussões. Pode-se conjecturar que o grupo possa ter entendido os itens do estatuto como “mais conversa”. Ficou evidente um distanciamento da maneira como a última reunião ocorreu quando foram trazidos materiais de divulgação e outros. Ou seja, as evidências podem estar indicando um distanciamento entre o tom emocional do encontro anterior (com material de divulgação, ofícios e o plano do negócio) com o tom mais formal e em linguagem mais técnica do estatuto, o que pode ter contribuído com o desânimo do grupo.

Pode-se conjecturar que o formato da discussão do gênero textual em questão tivesse produzido algum estranhamento ao grupo, em termos de linguagem e entendimento, não formando sentido para ele (Weick, 1995) e desanimando conseqüentemente o grupo a participar mais efetivamente das discussões. Esses aspectos conduzem a equipe a (re)pensar em novos formatos para trabalhar um tópico que produza menos estranhamento a futuros empreendimentos, buscando considerar o entendimento de Gandolfi *et al.* (2009) voltado para o cuidado com a preservação de um ambiente de relações igualitárias, democráticas e participativas.

Depois disso, por questões de agenda da Incubadora, não houve reuniões por aproximadamente 50 dias, o que pode ter evidenciado certo desânimo também por parte da equipe da Incubadora no processo com este grupo. Na décima primeira reunião (04/10), a desmotivação foi novamente evidenciada no grupo. Nesta reunião, foram discutidas funções e tarefas para cada integrante, porém ainda não havia o mínimo de pessoas necessárias para a formalização da cooperativa. A equipe fez uma reflexão do quanto o lapso de tempo de quase 60 dias entre as reuniões pode ter influenciado no desinteresse do grupo. Conforme se pode observar na fala do coordenador da Incubadora, há outros elementos além dos financeiros que fazem com que as pessoas queiram trabalhar na lógica da economia solidária:

Nesta interação entre estes sujeitos que operam em uma lógica de trabalho para geração de renda, eles focam sempre a questão de outros valores que muitas vezes não encontramos no mercado formal de trabalho ou no mercado capitalista. Através desta interação, eles vão buscar o quê? Valores como a questão da felicidade, que hoje está muito bem trabalhada a partir do índice de Felicidade Interna Bruta. Muitos estudos já falam sobre isto, quanto este profissional é feliz na atividade que desenvolve (RS).

Segundo Moscovici (2008), há vários papéis desempenhados em um grupo. O papel de facilitador é um deles. A presente análise revelou que a técnica da Incubadora teve o papel de facilitador no processo grupal da UNIFORÇAS. Segundo a autora, o(s) facilitador(es) de grupos de trabalho pode(m) ocupar vários papéis, tais como o de instrutor, especialista, conselheiro, planejador, elemento de ligação, entre outros. Poder-se-ia questionar o que significou para este grupo ficar quase 60 dias sem se encontrar pelo motivo de falta de agenda da Incubadora. Estaria aí uma das fontes de desmotivação neste encontro? Diante dessa percepção, nesta reunião foram utilizadas estratégias voltadas para a união do grupo, bem como para o autoempoderamento do processo. Isso porque o andamento do processo para a fase de incubação depende de ações proativas do próprio grupo, o que significa desafiar o grupo a não ficar dependente da Incubadora.

Questões voltadas para ações de capacitações com outras instituições foram tratadas no décimo segundo encontro (25/10), bem como a apresentação do Estatuto da futura cooperativa. Diante disso, as integrantes A. e S. mostraram-se motivadas para a possibilidade de formalização do grupo. Observa-se que tal motivação pode estar apontando para várias análises: (i) depois de três anos de tentativas, havia finalmente a expectativa com elementos concretos que indicassem a formalização do empreendimento; (ii) as integrantes A. e S. estavam mais envolvidas desde o início investindo energia para que o empreendimento se concretizasse e (iii) evidência de que, nesse aspecto, as integrantes A. e S. em questão estavam buscando o mesmo objetivo. Nesse sentido, a resiliência pode ser evidenciada novamente no grupo (Yunes, 2003), como a reativação de uma esperança que, na verdade, não havia sido esquecida, pois os componentes ancoram a oitava tentativa de formalização do grupo.

Além disso, observou-se no grupo certa dependência de instituições externas para as próprias integrantes acreditarem no futuro empreendimento. A integrante S. cita inicialmente o exemplo do integrante da SMDS, que tentou auxiliar na formalização da Associação e depois com a Incubadora. Nessa perspectiva, observa-se certa ambivalência do grupo (Veronese, 2011), pois elas se sentiam valorizadas pelo “apoio” externo, bem como demonstravam baixa autoestima, pois de alguma maneira pareciam não acreditar na sua potencialidade para alcançar a formalização sozinha. Tais aspectos podem ser evidenciados na fala da integrante S.:

Tem gente que não acredita que o grupo vai dar certo, porque já tivemos diversas vezes lá no cartório e não deu certo, e antes tinha o A. que tava sempre com a gente, depois a gente ficou sozinha, aí todo mundo perdeu o interesse. Agora que a gente tá com vocês, a gente sabe que tem gente que quer que dê certo. Até porque é uma coisa importante né, que tá nos apoiando, assim, que tá querendo nos ajudá né, pois vocês tão procurando nos dar força (S.).

Singer (2001) entende que essa situação de sentimento de dependência é comum nos empreendimentos solidários, uma vez que a maioria dos integrantes não teve oportunidade de estudar e, muitas vezes, sentem-se marginalizadas pela sua condição socioeconômica, coadunando com o entendimento de Souza (2009).

Além desses aspectos interpessoais e grupais, nestas reuniões (décimo primeiro e décimo segundo encontro), foram tratados aspectos relativos ao Plano do Negócio, à formação de “preço x custo”, bem como houve reuniões com as Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social e Econômico e outras parcerias com a CCPES Guajuviras, Parceiros Voluntários, entre outras (décimo terceiro encontro). Segundo Gandolfi *et al.* (2009), é importante que, na fase de pré-incubação, seja construída a interface política com parcerias, aspecto esse privilegiado no processo da UNIFORÇAS.

Novamente, quando o grupo parecia decolar, ninguém comparece na décima terceira reunião, que ocorreu nas dependências do Tecno-social (na data de 29/10). Quando contatadas, elas resolvem mudar o local dos encontros para a residência da integrante S. Com a mudança de local, somente a dona da casa comparece (em 01/11). Salienta-se que as seis últimas reuniões (de junho a outubro/14) foram realizadas na residência da integrante A. A partir dessa situação, é possível constatar que há uma disputa por liderança e/ou por poder entre S. e A. “O poder consiste na capacidade de uma pessoa conseguir que outra pessoa ou grupo haja desejadamente pela primeira” (Moscovici, 2008, p. 200). Já, para Veronese (2011), nos empreendimentos econômicos solidários, os grupos enfrentam dificuldades variadas no campo da autogestão voltada para a liderança compartilhada, ocasionando angústias e desgastes cotidianos, nos quais os conflitos tornam-se inevitáveis, uma vez que há pessoas envolvidas. Além disso, segundo Moscovici (2008), o conflito representa a verdadeira raiz das mudanças pessoais, grupais e sociais. Segundo o entendimento da integrante S.: “Como a gente já tinha falado, na reunião que ia ser lá em casa, tem gente que saiu do grupo porque eu e uma outra brigamos, mas isso foi resolvido lá atrás, então eu não sei por que o pessoal ainda leva isso a sério...”.

Esta situação de conflito entre as integrantes A. e S. foi apontada e trabalhada na décima quinta reunião que ocorreu nas dependências do Tecno-social (13/11), em que todas as envolvidas colocaram o seu ponto de vista. Nesta reunião, percebeu-se que foi o momento em que as integrantes puderam expressar seus sentimentos, tal como aparece na fala da integrante A: “A S. tem um jeito meio difícil de trabalhá, porque ela arrumava confusão lá no curso, é que ela é mandona, e foi isso que fez as gurias não quererem mais participá do grupo”.

Segundo Veronese (2011), trazer os conflitos à esfera pública do empreendimento é salutar à emergência de uma sociabilidade comunitária. A equipe da Incubadora, então, pediu ao grupo que decidisse se realmente queria continuar com o processo, pois demonstravam dúvidas do quanto eles realmente queriam sua formalização. Nesse aspecto, evidencia-se que cada processo de incubação possui uma dinâmica própria. Assim, cada indivíduo e cada grupo vai se conscientizando, ora de suas fraquezas, ora de suas forças em um processo de aprendizado (Lima, 2010). Com relação às fraquezas, apareceram questões de insegurança do grupo, colocando em dúvida a sua capacidade de realizar os trabalhos a que estavam se propondo, bem como foi evidenciada baixa autoestima. Entende-se que, para o grupo, fica mais fácil “culpar” questões técnicas pelas dificuldades encontradas. Porém, evidenciou-se que, por trás dessas questões, escondiam-se outras de ordem socioemocional (Moscovici, 2008), bem como de ordem cultural e social que serão colocadas a seguir.

Primeiro, sobre as dificuldades de ordem socioemocional, trata-se dos problemas de relacionamento e competição entre as integrantes A. e S. Nesse décimo quinto encontro, tais questões foram expostas para todo o grupo, sendo que foi explicitado que esse conflito era antigo. Na visão da integrante A., os problemas eram relacionados com a integrante S., tal como

evidenciado na fala: “A S., ela é mandona, e aí as gurias ficam brabas com isso, a Dona B. já disse que não fica no grupo porque não gosta da S. Nas reuniões aqui no La Salle e lá em casa, ela vai, mas na casa da S., ela já disse que não vai ir”.

No ponto de vista da técnica da Incubadora, a raiz do conflito entre S. e A. tem origem na atividade que faziam nos cursos da prefeitura. A fala da técnica TB mostra que, apesar de entender que a integrante S. tem seus problemas em querer controlar, a integrante A. poderia se beneficiar em fazer uma parceria na liderança com S:

“Bom, esse processo não foi fácil, porque elas se desentendiam, a S. e a A. têm seus problemas desde que faziam o curso pela prefeitura. As outras reclamavam que realmente a S. é difícil, pois ela é mandona. Já a A. tem aquele jeito mais calmo, mais apaziguador, acho que por isso que ela tem que ficar no controle, pois assim uma dosa a outra” (TB).

Nesse sentido, observam-se dificuldades de ordem cultural e social, pois pode-se compreender que as pessoas, as quais Souza (2009) denomina provocativamente de ‘ralé brasileira’, levam inscritas em seu corpo um legado de classe. Esse legado se refere a um “um modo de vida rústico, marcado por uma baixa contenção dos impulsos, em que [...] existe pouco poder de vigilância disciplinar sendo exercido por instâncias externas às pessoas” (Carneiro; Rocha, 2009, p. 129). A maneira com que S. se comporta, como “mandona” ou “brigona” poderia ser também entendido de uma maneira mais contextual, considerando a história de vida e memórias dessas mulheres, entender seus modos rústicos e possível fragilidade no controle de impulsos. Porém, os aspectos ora analisados não foram trabalhados junto ao grupo.

Segundo Moura, Zucchetti e Menezes (2014), o processo de incubação na totalidade se refere às vivências de estar junto, compartilhar histórias, saberes e vivências, a exemplo das questões ora analisadas. Tais questões foram trabalhadas e discutidas, com debates sobre o que as integrantes A. e S. e as outras integrantes tinham a falar sobre o assunto. A percepção da equipe revela que essa conversa foi definitiva para que o grupo se decidisse a vencer as barreiras que se colocavam para a sua formalização: (i) exposição e enfraquecimento do conflito e competição pela liderança entre as integrantes A. e S., (ii) compromisso das sete pessoas que realmente quisessem fazer parte da cooperativa e (iii) resolução sobre o local das reuniões ocorrerem no Tecno-social e não mais nas residências de A. ou S. Ao encontro disso, Veronese (2011) cita que o indivíduo vai estabelecendo diferentes lógicas de ação que impactam em trocas, permutas e em laços sociais, aspectos observados nas decisões do UNIFORÇAS, bem como no processo em tela.

Por meio da reflexão, a equipe entendeu o quanto a mudança do local das reuniões pode ter tido um significado psicológico negativo sobre o grupo e seu andamento. Foi colocado para o grupo que uma decisão precisava ser tomada, se realmente queriam continuar com o processo de incubação, que a própria equipe estava se sentindo frustrada com a falta de ação do grupo, tal como se pode observar na fala da técnica TB.

Ah, vou ter que chamar a atenção delas né, porque a gente já deixou elas bem à vontade para escolher o local e horário pra se encontrar, e mesmo assim elas sempre arrumam uma desculpa. Só que pra ir fazer as coisas do ponto popular elas se organizam né, isso que me irrita, aqui é a cada quinze dias, e a gente não pede mais que uma hora de encontro com elas. Hoje mais uma vez vou falar bem séria com elas, ou começam a comparecer ou a gente para de perder tempo...elas precisam ter mais compromisso com isso... (TB).

Observa-se na fala da TB insatisfação, frustração e cansaço por investir quase um ano no grupo que mostrava sinais de avanços e retrocessos constantes. A fala de TB sobre uma maior motivação das integrantes se organizarem para participar do programa Ponto Popular, que fornece cestas alimentares e formação, do que no engajamento para o avanço do processo de incubação, pode estar demonstrando certa dependência das ações governamentais, colocando-se como sujeitos passivos de sua vida e não sujeitos ativos e protagonistas.

Ao final da décima quinta reunião, o grupo entendeu que, se fosse atrás dos seus objetivos, eles poderiam ser alcançados. Esta decisão coletiva evidencia a busca pelo empoderamento de cada uma, bem como gera os primórdios da formação da sua identidade, concordando com Gandolfi *et al.* (2009). Na fala de duas integrantes, há a necessidade de cada uma fazer seu trabalho por iniciativa própria conforme menciona SU “mim, a autogestão é eu não ter chefe, é a gente trabalhar sem se preocupar em agradar alguém, apenas fazer o que achamos certo. (SU)” complementa A “...é ninguém mandar em mim, é eu fazer o que eu acho certo, claro que também tenho que ver o grupo, mas é eu ir e fazer, não esperar por ninguém.” (A.)

Para o processo de pré-incubação analisado, o décimo quinto encontro (13/11) foi definitivo, pois a formalização com a assinatura do Estatuto com as sete pessoas ocorreu em 20/11/14, quando o grupo finalmente começou uma nova fase, a da Incubação propriamente dita. Portanto, foram necessários nove meses para ser dado por encerrado o processo de (pré) incubação da UNIFORÇAS, diferentemente do que aponta Arakiki *et al.* (2012), que sugere que seis meses é um período indicado. A “assinatura dos papéis” teve um significado especial para a UNIFORÇAS, tal como se percebe na fala da integrante A.

Assim, pra mim e pras gurias, foi muito bom a gente conseguir assinar os papéis, né?! Porque assim, depois de tudo que a gente passou, agora a gente conseguiu, tá certo que a gente sabe que depois de ter trabalho muita gente vai querer entrar, mas aí a gente vai poder ver quem a gente quer, igual vocês já nos falaram, né. Isso é bom, porque assim, pra mim é uma conquista, e eu já tô até fazendo um curso, esses do SENAI pra saber mais da contabilidade. (A)

Observa-se uma alta expectativa sobre o futuro do empreendimento e ações que se referiam ao processo de incubação em si, como a formalização do grupo, gestão e especialização em outros cursos.

Diante destas falas, pode-se analisar que, conforme destaca Culti (2009), a necessidade de se sentir protegido do sistema capitalista faz com que os incubados demonstrem apego às iniciativas realizadas por incubadores, associações e outros. Para o autor, por meio desse apadrinhamento, os grupos sentem-se não só amparados, mas também reconhecidos na sociedade. Esse sentimento de proteção ocorre porque, através da incubação, os integrantes dos grupos passam a ter maior foco e destaque na busca pelo seu objetivo inicial, os quais são concretizar a incubação, fato esse realizado pelo grupo no período pré-estipulado pelos técnicos da Incubadora do Tecno-social da Unilasalle.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi descrever e analisar o processo de (pré) incubação na economia solidária de um grupo de mulheres que tiveram apoio da Incubadora/Tecno-social da Unilasalle no período de março a novembro de 2014. Para isso, adotou-se um estudo de caso

em que a principal técnica utilizada foi a da observação participante, no qual a primeira autora acompanhou 16 reuniões do grupo com a Incubadora da Tecno-social durante nove meses.

Ao final do estudo, percebeu-se que o grupo respondia por meio de diferentes comportamentos às suas questões internas de relacionamento (que vinham desde o seu início das Frentes Emergenciais de Trabalho três anos antes), bem como às demandas externas e da incubação. Houve autoquestionamento e avaliou-se o quanto a instabilidade na dinâmica socioemocional do grupo dificultou a formalização da cooperativa, a qual ocorreu depois de nove meses de encontros com a incubadora.

Constatou-se que aspectos como as memórias de infância e o contexto em que as integrantes convivem e no qual foram criadas poderia ter sido mais bem explorado, uma vez que ficam marcados nas ações das pessoas, apresentando-se como vergonha, baixa autoestima e baixo autoempoderamento, configurando-se como uma limitação deste estudo.

Ao analisar a trajetória e a dinâmica do UNIFORÇAS, fica claro o quanto a sua origem, sendo um grupo advindo dos programas sociais da prefeitura, apresenta impactos nas ações do grupo, tais como certa tendência à dependência e ao comodismo. Por outro lado, observa-se que, na realidade nas quais as integrantes convivem, a persistência que demonstraram para buscar a formalização e, porque não dizer a própria organização de seu futuro empreendimento, por tanto tempo (três anos), também mostra aspectos de resiliência e de vontade de reagir à sua atual situação socioeconômica. Esses aspectos podem estar apontando para ambivalências e contradições. Porém, quando analisados com alguma profundidade, percebe-se que atitudes assim são próprias dos seres humanos, tanto dos sujeitos “incubados” quanto dos técnicos da incubadora.

Por fim, é possível concluir que a UNIFORÇAS conseguiu reunir *forças* para se *unir* em busca da tão sonhada formalização. Trajetória essa com dificuldades e desafios, mas que teve sucesso até a finalização de sua primeira etapa, a qual foi a pré-incubação. Pode-se usar a metáfora bíblica da construção de uma casa. Quando o processo de pré-incubação é realizado de maneira séria e clara, quando há abertura para o diálogo entre os integrantes, é como se a casa fosse construída sobre a rocha e não sobre a areia.

REFERÊNCIAS

ANDION, C. *A Gestão no Campo da Economia Solidária: Particularidades e Desafios*. RAC, v. 9, n. 1, p. 79-101, 2005.

ARAKAKI, A. *et al.* Sistema Integrado de Inovação Tecnológica Social: Programa de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários EIT UFMT. *Interações*, v. 13, n. 1, p. 59-68, 2012.

AZAMBUJA, L. R. Os valores da Economia Solidária 1. *Sociologias*, v. 11, n. 21, p. 282-317, 2009.

BARRETO, R. O.; PAULA, A. P. P. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. *Cadernos Ebape*, v. 7, n. 2, p. 200-213, 2009.

BORGES, M. L.; SCHOLZ, R. H.; ROSA, G. F. Produção de sentido do trabalho para recicladores por meio da ressignificação da identidade, aprendizagem e superação. *Otra Economía*, v. 8, p. 83-98, 2014.

CARNEIRO, M. T.; ROCHA, E. Do fundo do buraco: o drama na ascensão social de empregadas domésticas. *Ralé Brasileira: quem é e como vive*, p. 125-142, 2009.

CULTI, M. N. Conhecimento e práxis: processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários como Processo Educativo. *Otra Economía*, v. 3, n. 5, 2009.

DEJOURS, C. *O Fator Humano*. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1995. p.101.

- FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- GAIGER, L. I. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. *Sociedade e Estado*, v. 21, p. 513-545, 2006.
- GAIGER, L. I. Por um Olhar Inverso: Prismas e questões de Pesquisa sobre a Economia solidária. *Revista Sociedade e Estado*, v. 27, n. 2, 2012.
- GANDOLFI, P. E.; PALAFOX, G. H. M.; MARTINS, H. E.; FERRARI, M.; BRITTO, M. F.; GANDOLFI, M. R. C. Empreendimentos solidários como alternativa para a geração de trabalho e renda: a experiência da INES/UFU. *Em extensão*, Uberlândia, v. 8, n. 1, p. 159-173, 2009.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GODOI, C. K.; BALSINI, C. P. V. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Orgs.) *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo, Saraiva, 2006.
- HOLZMANN, L. *Operários sem patrão: gestão cooperativa e dilemas da democracia*. São Carlos: Editora da UFSCar, 2001.
- KANAN, L. A. Consumo sustentável & economia solidária: alguns conceitos e contribuições da Psicologia. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 23, n. 3, p. 607-624, 2011.
- LAVILLE, J. L.; GAIGER, L.I. Economia Solidária. In: HESPANHA, P. et al. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. SP: Ed. Almedina, 2009.
- LECHAT, N. M. P.; BARCELOS, E. S. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. *Rev. Katál. Florianópolis* v. 11 n. 1, p. 96-104, 2008.
- LEITE, M. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 69, p. 31-51, 2009.
- LIMA, J. C. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? *Sociologias*, n. 25, p. 158-198, 2010.
- MOSCOVICI, F. *Desenvolvimento interpessoal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- MOURA, E. P. G.; ZUCCHETTI, D. T.; MENEZES, M. M. A experiência de auto-organização política de um Fórum Municipal de Economia Solidária. Um novo exercício do político. *Outra Economia*, vol. 8, n. 14, 2014.
- OLIVEIRA, C. R.; SCHOLZ, R. H. A incubadora resgatou a imagem da cooperativa na sociedade: Estratégia como prática e memória social na incubadora de empreendimentos solidários da Universidade La Salle. *Desenvolvimento em Questão*, v. 20, n. 58, p. e10735-e10735, 2022.
- PLETSCH, C. S.; SILVA, M. Z.; VOGT, M. Revisitando pressupostos metodológicos no uso da análise de conteúdo, discurso, conversação e narrativas em contabilidade. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 18, n. 48, p. 89-104, 2021.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS. *Frentes Emergenciais da Prefeitura*. 2014. Disponível em: <https://www.canoas.rs.gov.br/>. Acesso em: 12 de outubro de 2022.
- SCHOLZ, R. H. *Uma andorinha sozinha não faz verão: relações de solidariedade promotoras da liderança solidária compartilhada*. Universidade do Vale do Rio Dos Sinos – Unisinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo: 2009.
- SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SOUZA, É. Design, Economia Solidária e Sustentabilidade: juntos por uma alternativa econômica para a sociedade. In: SCHOLZ, R. H. (Org.). *Economia Solidária e Incubação: uma construção coletiva de saberes*. 1ed. São Leopoldo: Oikos, v. 1, p. 205-216, 2014.
- SOUZA, J. Senso comum e justificação da desigualdade. In: SOUZA, J. (Org.) *A ralé brasileira: quem é e como vive*, v. 3, Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 47-55, 2009.
- UNILASALLE DE CANOAS/RS. *Tecnosocial Unilasalle*. 2022. Disponível em: <https://www.unilasalle.edu.br/canoas/servicos/tecnosocial>. Acesso em: 12 out. 2022.
- VERONESE, M. V. A Economia Solidária e a Formação de Lideranças Democráticas. *Diálogo, Canoas*, n.18, p. 97-114, 2011.
- WEICK, K. *Sensemaking in organizations*. Thousand Oaks: SAGE, 1995.
- YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- YUNES, M. A. M. Psicologia positiva e Resiliência: o foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo*, v. 1., p. 75-84, 2003.

Autor Correspondente:

Ingridi Vargas Bortolaso

Universidade La Salle. Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais.

Av. Victor Barreto, 2288, Centro - CEP 92010-000. Canoas/RS, Brasil.

E-mail: ingridibortolaso@gmail.com

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.

